



Ministério das Finanças e da Administração Pública

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2007

DGTF, MAIO DE 2008

SUMÁRIO

1. NOTA INTRODUTÓRIA	2
1.2 Ambiente externo	3
1.3 Organização interna	3
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	5
2.1 Análise, acompanhamento e apoio técnico ao Ministério de Estado e das Finanças no âmbito do sector Empresarial do Estado (SEE).....	5
2.2 Apoios Financeiros	7
2.3 Gestão Patrimonial	10
2.4 Apoio Técnico Patrimonial	13
2.5 Regularizações e Recuperações Financeiras	15
2.6 Apoio e Coordenação	17
2.7 Gestão de Recursos	18
3. NOTA FINAL	21

1. NOTA INTRODUTÓRIA

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE)¹ e dos objectivos do Programa do Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos, em concretização do esforço de racionalização estrutural consagrado pelo Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP), foi aprovada a Lei Orgânica da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) pelo Decreto Regulamentar n.º 21/2007, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de Julho.

Assim, durante o ano de 2007, a DGTF congregou atribuições anteriormente prosseguidas pelas extintas Direcção-Geral do Património (DGP) e Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais (DGAERI), concretamente as relativas à gestão do património público – bens imóveis e móveis não sujeitos a registo - e à cooperação financeira internacional. Por outro lado, foi, através do Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de Julho, concretizada a integração total da gestão da tesouraria do Estado no Instituto de Gestão do Crédito Público² (IGCP, IP).

Neste cenário, o presente Relatório, constitui um documento de avaliação da execução global da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) relativamente a 2007, tendo sido elaborado com a participação de todos os Serviços que a integram, de acordo com as orientações definidas pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, e pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 53/2004, de 21 de Abril.

1.1. Objectivos estratégicos

Assumiram-se como válidos os objectivos estratégicos delineados para as então Direcção-Geral do Tesouro e Direcção-Geral do Património no ano anterior considerando o contexto de mudança vivido pelos Organismos, tendo-se, igualmente, assumido como objectivo fundamental e prioritário a reestruturação determinada no âmbito do PRACE. Deste modo, os objectivos estratégicos foram os seguintes:

No âmbito da DGT:

- Potenciar o processo de cobrança de receitas, de recuperação de créditos e de controlo da execução das despesas a cargo da DGT, de forma a contribuir para a consolidação orçamental;
- Optimizar a afectação dos recursos financeiros públicos, minimizando os custos suportados pelo Estado;
- Contribuir para a definição de uma estratégia global para o Sector Empresarial do Estado e assegurar uma gestão eficiente dos apoios e dos activos financeiros do Estado;
- Promover a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação e racionalizar a gestão dos recursos, contribuindo para a modernização e a qualidade na Administração Pública.

¹ Sendo a Modernização da Administração Pública a pedra basilar para o desenvolvimento do País, o Governo aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) que preconiza uma reorganização estrutural da Administração Pública, promovendo a cidadania, o desenvolvimento económico e a qualidade dos serviços públicos e garantindo e fomentando a eficiência pela simplificação de procedimentos, racionalização e automatização.

² Actualmente e em virtude deste facto, designa-se por Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público.

No âmbito da DGP:

- Acentuar o esforço de racionalização de uso e de maximização da criação de valor;
- Obter ganhos na cadeia de valor do negócio imobiliário, o que implica que o Estado crie mecanismos que potenciem uma gestão dinâmica do património imobiliário;
- Promover o processo de Recenseamento das Instalações da Administração Pública;
- Em matéria de Inventário e Cadastro dos Imóveis do Estado, assegurar a criação de uma base centralizada de informação actualizada sobre o universo dos bens que integram o património imobiliário do Estado e respectiva caracterização.

1.2. Ambiente externo

O ano de 2007 foi caracterizado por um ligeiro crescimento da actividade económica portuguesa, resultante quer da própria conjuntura interna, quer da de toda a Área do Euro, principalmente com o aumento das taxas de juro de curto prazo, determinado pelas decisões de política monetária do Banco Central Europeu. Portugal, procedendo a alterações estruturais nos mais diferentes domínios, continuou envolvido no cumprimento das imposições decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento e continuou a apresentar uma taxa de crescimento inferior à média europeia.

Confrontado com o desafio de pôr termo ao défice excessivo até 2008 e com a necessidade de proceder a um efectivo ajustamento da sua economia, Portugal reforçou o rigor da política orçamental conducente a uma maior contenção da despesa e um maior crescimento da receita.

É nesta sequência que se pode afirmar que o ano de 2007 ficou marcado pela continuação do conjunto de medidas conducentes à profunda reestruturação da Administração Pública, tendo em vista a necessidade de introduzir factores de maior eficiência ao seu funcionamento, das quais se destacam por terem influência directa na actividade do Organismo as seguintes:

- Aprovação da Lei Orgânica da DGTF (Decreto Regulamentar n.º 21/2007, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de Julho);
- Implementação do regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública visando o seu aproveitamento, em cumprimento do disposto na Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;
- A entrada em vigor de legislação inovadora no âmbito do sector empresarial do Estado e da gestão do património imobiliário público, que veio exigir novas atitudes e competências nas áreas de intervenção da DGTF;
- A Presidência Portuguesa da União Europeia que decorreu durante o 2.º semestre de 2007.

1.3. Organização interna

À transferência para o IGCP da gestão das disponibilidades de tesouraria estipulada na nova Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública, sucedeu-se a total integração da tesouraria central do Estado com a gestão do financiamento público directo do Estado³ o que, conjuntamente com a transferência das atribuições da ex-DGP para a DGTF em matéria de

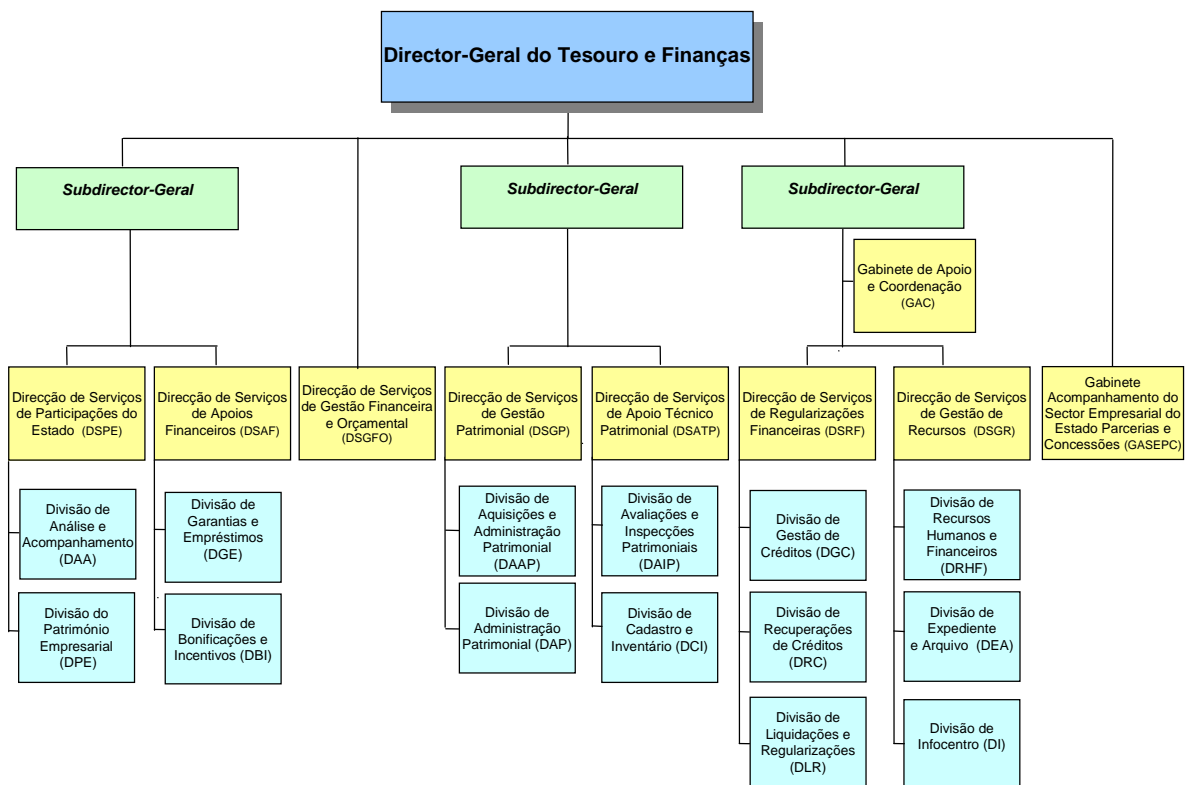
³ Concretizada pelo Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de Julho.

gestão do património imobiliário, vieram alterar profundamente aquela que era, até então, a missão da DGTF.

Assim, durante o ano de 2007, em termos globais, coube à DGTF assegurar:

- A administração da tesouraria central do Estado;
- A prestação de serviços bancários a entidades do sector público administrativo;
- O estudo, preparação e acompanhamento das matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público, administrativo e empresarial;
- O exercício da função accionista;
- A administração dos processos de regularização e recuperação de créditos;
- O acompanhamento por parte do Estado da política monetário – financeira;
- A concessão de apoios financeiros do Estado;
- A gestão do património público – bens imóveis e móveis não sujeitos a registo;
- Na área da cooperação financeira internacional assegurar a participação portuguesa nos assuntos relacionados com a união económica e monetária e a representação técnica do MFAP em organizações europeias e internacionais em matéria financeira.

Para o desempenho destas funções, a DGTF dispôs de uma estrutura interna flexível, cujo organograma, em 31 de Dezembro de 2007, era o seguinte:



No final de 2007, a DGTF contava com um total de 192 colaboradores, entre os quais 24 dirigentes⁴, 56 técnicos superiores, 3 especialistas e 7 técnicos de informática, 59 técnicos, 2 técnicos profissionais, 30 administrativos e 14 auxiliares.

De salientar que o Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, Parcerias e Concessões (GASEPC), cuja constituição foi determinada pelo Despacho n.º 936/07-SETF, de 21 de Setembro, iniciou funções na sequência do Despacho n.º 26 153/2007, de 25 de Setembro, do Director-Geral do Tesouro e Finanças⁵, tendo a Direcção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (DSGFO) sido implementada já no decurso do ano de 2008⁶.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

De seguida apresentam-se as actividades desenvolvidas relativamente a cada área temática/projecto, sendo de salientar que foi dada continuidade aos projectos identificados no ano de 2006, nos casos em que, pela sua natureza, são plurianuais.

2.1. Análise, acompanhamento e apoio técnico ao Ministro de Estado e das Finanças no âmbito do Sector Empresarial do Estado (SEE).

Participações do Estado

- Emissão de pareceres relativos à situação económico-financeira e jurídico-institucional das empresas participadas pelo Estado, quer em termos sistemáticos quer casuísticos:
Elaboração de informações/pareceres relativos à situação económica e financeira das 167 empresas registadas na carteira do Estado/DGTF;
- Acompanhamento, análise e controlo da gestão dos Hospitais, EPE:
Elaboração de informações/pareceres e realização de diversas reuniões com o Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF)⁷, a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e os conselhos de administração relativas a 34 unidades hospitalares;
- Acompanhamento, análise e preparação da decisão sobre a reprogramação das intervenções das sociedades Polis:
Elaboração de informações/pareceres relativos a 22 sociedades;
- Preparação de Assembleias Gerais de empresas acompanhadas pela DGTF:
Elaboração de informações/pareceres/projectos de despacho relativos a 98 assembleias gerais;
- Representação do Estado nas Assembleias Gerais das sociedades detidas pelo Estado, através da DGTF:
Representação do Estado em 70 sessões de Assembleias Gerais;

⁴ 1 Director-Geral, 3 Subdirectores-Gerais, 7 Directores de Serviços e 13 Chefes de Divisão.

⁵ Publicado no Diário da República, 2.ª série de 15 de Novembro.

⁶ Igualmente no decurso do corrente ano a Divisão de Infocentro passou a designar-se Divisão de Sistemas de Informação e foi criada, na Direcção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental, a Divisão de Gestão Financeira e Orçamental.

⁷ Actual ACSS, IP.

- Elaboração do relatório “O Sector Empresarial do Estado - 2007” relativo a 2006;
- Elaboração de informação estatística sobre o SEE:

Fornecimento de informação estatística para os relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Tribunal de Contas (TC), bem como satisfação de pedidos com carácter casuístico;
- Participação no grupo de trabalho da OCDE “As privatizações e o Governo das Empresas Públicas”:

Participação em reuniões de estudo, análise e apresentação de alguns casos concretos;
- Criação e actualização do *site* das empresas do Sector Empresarial do Estado no âmbito do cumprimento dos Princípios de Bom Governo (RCM n.º 49/2007):

Projecto concluído;
- Implementação do Sistema de Informação das Empresas do SEE:

Participação nos trabalhos de implementação do Sistema de Informação das empresas do SEE (preparação do caderno de encargos, adjudicação da prestação de serviço, especificação de requisitos);
- Controlo e processamento das operações de aquisição, subscrição, alienação ou extinção de títulos da carteira:

Elaboração de informações/pareceres;
- Controlo e processamento da receita de alienações de partes sociais, de dividendos e de participações nos lucros:

Registo de receita no montante de 2 159,2 M€;
- Processamento de dotações de capital:

Pagamento de dotações de capital/unidades de participação/comparticipações financeiras de capital no montante de 213,27 M€.

Esforço financeiro no Sector Empresarial do Estado

- Análise e emissão de pareceres sobre o esforço financeiro do Estado no SEE:

Cobertura de um universo de cerca de 90 empresas;
- Análise de operações de financiamento das empresas participadas:

Elaboração de informações/pareceres;
- Análise de operações de aquisição, subscrição, alienação ou extinção de participações sociais:

Elaboração de informações/pareceres;
- Preparação de despachos ou deliberações unânimes por escrito:

Cobertura de um universo de cerca de 100 empresas;

- Análise de contratos de concessão:

Elaboração de informações/pareceres.

Em síntese, no âmbito destas áreas temáticas foram produzidas mais de meio milhar de informações/pareceres.

2.2. Apoios Financeiros

Garantias do Estado

- Concessão de garantias pessoais do Estado:

Autorizada a garantia pessoal do Estado a 5 operações de financiamento, no montante total de 800 M€, incluindo três operações de crédito de ajuda para Marrocos, Tunísia e Cabo Verde, no valor de 100 M€ cada;

- Gestão de processos de garantias concedidas pela DGTF e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), em nome do Estado:
 - Cobradas comissões de garantia, no montante de 16,83 M€ (Os valores cobrados foram superiores aos inicialmente previstos (14M€) face ao incremento das responsabilidades efectivas em resultado das utilizações verificadas nas operações garantidas);
 - Realizada a despesa resultante da execução de garantias prestadas a entidades nacionais, envolvendo 2 entidades, Casa do Douro e Gestnave, no montante de 10,68 M€⁸;
 - Realizada a despesa relativa a 21 processos de execução de garantia relativamente aos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), no âmbito das Convenções de Lomé, no montante de 0,196 M€, e cobrada receita no montante de 9,1M€ relativa a outras receitas de capital⁹;
- Administração de processos de garantia de risco de câmbio e de subsidiação de taxa de juro:

Efectuados pagamentos no montante de cerca de 0,17 M€ e cobradas receitas no montante de 0,024 M€;
- Elaboração e divulgação de informação estatística, incluindo a destinada ao “Special Data Dissemination Standard” (SDDS) e Template do Fundo Monetário Internacional:

Elaborada e divulgada informação estatística, nomeadamente a destinada ao SDDS, numa base trimestral, e o Template do Fundo Monetário Internacional, numa base mensal;
- Instrução de processos para a concessão de garantias de seguro de crédito:

⁸ Foram efectuadas diligências no sentido de negociar com algumas entidades a recuperação da dívida destas ao Estado, nomeadamente com a Casa do Douro e o CNEMA, cujos desenvolvimentos, face à complexidade dos processos, transitaram para 2008.

⁹ A despesa foi idêntica à realizada em 2006, tendo-se minimizado o pagamento de juros por via da utilização das verbas da “Conta Especial de Portugal no BEI”.

Emissão de 29 promessas de garantia e 27 garantias de seguro, no valor, respectivamente, de cerca de 240M€ e 67M€¹⁰;

- Administração dos processos de garantia de seguros:

Realizada despesa relativa a processos de execução de garantias de seguro, no montante de 0,501 M€, e cobrada receita de prémios, no montante de 13,35 M€¹¹;

- Apoio ao Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento (CGFEI):
 - Face ao quadro legal e regulamentar aplicável¹², foi necessário criar os meios necessários ao funcionamento do CGFEI¹³;
 - Realização de 14 reuniões do CGFEI, em que se analisaram 57 operações no montante total de cerca de 310M€;
 - Acompanhamento das matérias internacionais em termos de seguro de crédito – participação em 6 reuniões do Grupo de Trabalho (GT) do Crédito à Exportação do Conselho da União Europeia (ECG), em 3 reuniões dos GT no âmbito da OCDE e apoio à preparação da reunião informal realizada em Lisboa¹⁴;
 - Através do CGFEI foi assegurada a presidência do Grupo de Trabalho para a área dos créditos à exportação no âmbito da Presidência Portuguesa.

Empréstimos do Estado internos e internacionais

- Concessão de empréstimos:
 - Concessão de um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 40 M€, para Cabo Verde¹⁵.
 - Programa “*Pagar a tempo e horas*” – Participação na criação do modelo de financiamento dos municípios e das regiões autónomas.
- Administração directa de empréstimos:
 - Cobrados cerca de 58,7 M€, relativos ao serviço da dívida de empréstimos concedidos, dos quais 1,12M€ resultante dos empréstimos transferidos do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do MFAP (GPEARI) e realizada despesa relativa à utilização de empréstimos no montante de 2,1M€ (Bósnia-Herzegovina)¹⁶;

¹⁰ Resulta da alteração ao modelo de funcionamento do sistema de apoio oficial às operações de crédito ou de seguro, à exportação e ao investimento (Decreto Lei n.º 31/2007, 14 Fevereiro), que atribui competência à DGTF para a emissão de garantias e promessas de garantia.

¹¹ O acréscimo do valor dos prémios cobrados deve-se essencialmente às novas apólices para o mercado Angolano.

¹² Com a publicação do Decreto-Lei n.º 31/2007, 14 de Fevereiro, da Portaria n.º 283/2007, de 9 Março e dos Despachos Conjuntos n.º 9169/2007 e 9170/2007, de 21 Maio, dos Ministros de Estado e das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Economia e Inovação.

¹³ No âmbito do novo modelo de funcionamento do sistema de apoio oficial às operações de crédito ou de seguro, compete à DGTF assegurar o apoio necessário à actividade do CGFEI.

¹⁴ O representante do Ministro de Estado e das Finanças é, por inerência, o Presidente do CGFEI, cabendo-lhe a representação de Portugal nos organismos internacionais e consequentemente a presidência dos grupos trabalho no âmbito da Presidência Portuguesa da UE, realizada no 2º semestre de 2007.

¹⁵ No quadro das orientações definidas pelo PRACE, a competência da DGTF passou a abranger para além das operações activas a nível interno as internacionais.

¹⁶ No final do ano (10 de Dezembro), no quadro do PRACE, a DGTF recebeu uma carteira de créditos resultante de empréstimos concedidos a países terceiros (13 empréstimos, denominados em EUR e USD, para Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Bósnia Herzegovina) para efeitos de gestão do respectivo serviço da dívida.

- Em cumprimento do Protocolo, celebrado a 31/10/06 entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique, realizou-se em 26/11/07 a conversão da totalidade dos créditos detidos por Portugal sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa em capital social (2 052M€ ao câmbio de 22/11/07).
- Acompanhamento da gestão de empréstimos cometida ao Instituto de Financiamento à Agricultura e Pescas (IFAP) e ao Banco Venezuelano.

Participações/contribuições em Instituições Financeiras Internacionais

- Contribuições e participações em instituições financeiras internacionais:
Realizada a despesa relativa ao pagamento a duas instituições financeiras Internacionais, no montante de 1,375M€ (em 11 de Dezembro, no âmbito do PRACE, foram transferidos, do GPEARI para a DGTF, 22 processos respeitantes a instituições internacionais com vista a assegurar a representação técnica do MFAP em matéria financeira).

Bonificações de juros

- Pagamento de bonificações e processamento da respectiva despesa:

Pagamento de 366,11 M€, sendo 181,83 M€ por despesa orçamental e 184,28 M€ por recurso ao produto da emissão de dívida pública através do mecanismo de "regularização de situações do passado"¹⁷.
- Prestação de esclarecimentos a beneficiários de apoios do Estado e a instituições de crédito:

Prestados esclarecimentos por via telefónica e pessoalmente, a cerca de 180 pedidos de informação/semana e a 1 200 pedidos por escrito (a maioria questionando a classe de bonificação atribuída);
- Análise de processos de devolução de bonificações resultantes de alienação de imóveis:

Analisados cerca de 100 processos, dos quais 71 deram origem a restituição de bonificações aos mutuários;
- Acompanhamento e colaboração nos procedimentos de operacionalização do sistema de crédito bonificado à habitação (SCH):

O nível de erros no envio de informação electrónica, por parte das instituições de crédito, foi reduzido de cerca de 55 % em Janeiro de 2007 para 25 % em Dezembro de 2007;
- Elaboração e divulgação de informação estatística relativa às operações de crédito à habitação contratadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro, no Regime Geral e no Regime Bonificado:

Foi tratada a informação fornecida pelas instituições de crédito, dela tendo resultado a publicação, em Diário da República, de informação estatística sob a forma de relatórios trimestrais.

Subsídios e indemnizações compensatórias

- Processamento de subsídios no âmbito do Incentivo ao Arrendamento Jovem:

¹⁷ O pagamento de 184,28 M€ diz respeito a bonificações que se venceram em anos anteriores.

Pagamento de 62,5 M€;

- Processamento de subsídios no âmbito do Novo Regime do Arrendamento Urbano:
Pagamento de 0,5 M€;
- Intervenção em parceria com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) na implementação do Programa “Porta 65”;
- Cálculo das indemnizações/subsídios e elaboração da proposta de atribuição:
Preparação de projectos de Resolução do Conselho de Ministros;
- Análise dos pedidos de concessão de subsídios e de indemnizações compensatórias:
Elaboração de informações/pareceres - Pagamento de 413,45 M€;
- Processamento de subsídios ao IFAP:
Pagamento de 95,06 M€;
- Análise dos pedidos de compensação de juros no âmbito de processos relacionados com as nacionalizações e expropriações:
Pagamento de 1,46 M€.

2.3. Gestão Patrimonial

Relativamente a esta área cabe sublinhar que os resultados apresentados reflectem a actividade desenvolvida durante a totalidade do ano 2007, muito embora sejam (também) evidenciados os resultados alcançados após a transferência destas atribuições para a DGTF.

A par com a actividade que suportou os resultados acima mencionados, que adiante se explicitam, cabe igualmente sublinhar a intervenção na elaboração de projectos de diploma e na preparação de instrumentos jurídicos diversos, além de terem sido asseguradas as relações e a resposta aos diversos órgãos de auditoria externa, bem como a prestação de informação legalmente exigida (Assembleia da República, membros do Governo e *site* da DGTF).

Administração (arrendamentos e cessões precárias)

- Dos actos de administração resultou, no ano de 2007, uma receita global no montante de € 81 286,65, 87% da qual corresponde a valores mensais recebidos de cessões precárias celebradas. No 2.º semestre a receita arrecadada global representou cerca de metade do valor total recebido no ano, conforme explicitado no quadro infra.

Tipologia	DGTF			(DGP+DGTF)		
	N.º de Imóveis	Receita Prevista	Valor Recebido	N.º de Imóveis	Receita Anual	Valor Recebido
Cessões a Título Precário	3	1.200,00 €	9.546,65 €	15	98.750,77 €	70.716,65 €
Arrendamentos		- €	- €	4	10.570,00 €	10.570,00 €
Total	3	1.200,00 €	9.546,65 €	19	109.320,77 €	81.286,65 €

Alienação

- Foram executadas diversas acções, das quais resultaram a alienação de 48 imóveis através das seguintes modalidades: 15 por hasta pública, 11 por ajuste directo, 17 ajustes directos precedidos de contrato promessa-compra e venda, 3 por cedência definitiva, 1 permuta, e 1 por reversão de expropriações.

O valor de venda líquido, no ano de 2007, foi de € 142 645 643,70, tendo sido arrecadada a receita global de € 134 578 255,75. No 2.º semestre a receita cobrada foi de € 115 080 668,32 o que representa cerca de 85% do valor anual recebido, conforme se evidencia no quadro a seguir apresentado:

Tipologia	DGTF			(DGP+DGTF)			
	N.º de imóveis	Valor de Venda Líquido	Receita arrecadada	N.º de imóveis	Valor de Venda Líquido	Receita arrecadada	Remanescente
Hastas públicas	15	1.639.772,00 €	1.525.042,92 €	52	3.752.997,44 €	2.110.488,14 €	1.642.509,30 €
Ajustes Directos	11	34.815.826,00 €	37.514.475,00 €	32	44.088.012,12 €	43.812.537,12 €	275.475,00 €
C. P. Compra e Venda Ajuste Directo	17	75.510.170,00 €	75.510.170,00 €	27	87.170.170,00 €	87.170.170,00 €	- €
Cessões a Título Definitivo	3	519.680,00 €	187.689,26 €	9	3.740.173,00 €	493.769,35 €	- €
Direito de Superfície	0	- €	- €	2	1.716.000,00 €	648.000,00 €	- €
Permutas	1	2.019.000,00 €	184.000,00 €	1	2.019.000,00 €	184.000,00 €	- €
Reversão de Expropriações	1	159.291,14 €	159.291,14 €	1	159.291,14 €	159.291,14 €	- €
Total	48	114.663.739,14 €	115.080.668,32 €	124	142.645.643,70 €	134.578.255,75 €	1.917.984,30 €

- Foi assegurada a gestão das cessões (precárias e definitivas), dos contratos de arrendamento e das alienações realizadas em anos anteriores e que geraram, por contratos celebrados no ano, o montante global de € 139 629 544,88, dos quais € 4 970 002,48, correspondem a receita proveniente de contratos celebrados em anos anteriores. Destes montantes, a receita arrecada no 2.º semestre corresponde, respectivamente, a 83% e 6%. O quadro infra apresenta de forma desagregada a receita do ano 2007, nesta área:

	DGTF	2007 (DGP+DGTF)
Hasta publicas		
Realizadas no ano	1.525.042,92 €	2.110.488,14 €
Realizadas em anos anteriores	327.604,90 €	3.025.516,07 €
Sub-total	1.852.647,82 €	5.136.004,21 €
Ajustes Directos		
Realizados no ano	37.514.475,00 €	43.812.537,12 €
Realizados em anos anteriores	- €	254.800,00 €
Sub-total	37.514.475,00 €	44.067.337,12 €
Contratos Promessa C.V		
Realizados no ano	75.510.170,00 €	87.170.170,00 €
Realizados em anos anteriores	- €	- €
Sub-total	75.510.170,00 €	87.170.170,00 €
Cessões a título definitivo		
Realizadas no ano	187.689,26 €	493.769,35 €
Realizadas em anos anteriores	289.228,75 €	397.747,13 €
Sub-total	476.918,01 €	891.516,48 €
Venda Extra Judicial		
Realizadas no ano	- €	- €
Realizadas em anos anteriores	- €	11.166,54 €
Sub-total	- €	11.166,54 €
Direito de Superfície		
Realizadas no ano	- €	648.000,00 €
Realizadas em anos anteriores	- €	- €
Sub-total	- €	648.000,00 €
Reversão de Expropriações		
Realizadas no ano	159.291,14 €	159.291,14 €
Realizadas em anos anteriores	- €	- €
Sub-total	159.291,14 €	159.291,14 €
Cessões a título precário		
Realizadas no ano	49.546,65 €	70.716,65 €
Realizadas em anos anteriores	272.343,52 €	562.499,17 €
Sub-total	321.890,17 €	633.215,82 €
Arrendamentos		
Realizados no ano	- €	10.570,00 €
Realizados em anos anteriores	509.235,36 €	672.346,57 €
Sub-total	509.235,36 €	682.916,57 €
Permutas		
Realizadas no ano	184.000,00 €	184.000,00 €
Realizadas em anos anteriores	23.247,00 €	45.927,00 €
Sub-total	207.247,00 €	229.927,00 €
Total da Receita do ano	115.130.214,97 €	134.659.542,40 €
Total da Receita de anos anteriores	1.421.659,53 €	4.970.002,48 €
TOTAL GLOBAL	116.551.874,50 €	139.629.544,88 €

Aquisição

- Gratuita - foram movimentados 75 processos de heranças declaradas vagas para o Estado, tendo sido cobrado o montante de € 98 179,77, proveniente de bens financeiros;
- Onerosa - foram adquiridos 2 imóveis para o Estado, através do Instituto dos Museus e da Conservação, IP e 10 imóveis pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, para o seu património privativo:

O valor global dispendido ascendeu a € 2 476 343,31, dos quais € 1 445 516,31 foram suportados pelo Instituto dos Museus e da Conservação, IP, e o restante pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP.

Arrendamentos para instalação de serviços públicos

- No domínio do arrendamento de instalações para organismos e outras entidades públicas, foram instruídos 83 processos, dos quais 10 se traduziram na proposta para a celebração de novos contratos e 73 na autorização para cessação de contratos ou reafecção de instalações.

2.4. Apoio Técnico Patrimonial

Operação de Rentabilização do Património Imobiliário do Estado

- Preparação de dossiers e vistorias a imóveis disponibilizados por parte de vários Ministérios, para além dos identificados internamente como imóveis com potencial de valorização, com vista à sua avaliação pela DGTF e ESTAMO preparando, gerindo e acompanhando a respectiva evolução.

Esta operação envolveu transacções, durante o ano de 2007, no montante de 134,4 M€.

Estudos Técnicos e Económicos Financeiros

- Estabelecidos os principais pressupostos do estudo do princípio da onerosidade de uso do Património do Estado;
- Iniciados os trabalhos preparatórios do Inventário Geral dos bens imóveis do Estado e dos Institutos Públicos a lançar em 2008;
- Realização de estudos económicos de imóveis classificados;
- Realização de estudos económicos de imóveis a arrendar pelo Estado/Institutos Públicos;
- Realização de estudos relativos a projectos de valorização urbanística imobiliária tendo em vista a rentabilização dos imóveis analisados;
- Realização de estudos referentes a levantamentos patrimoniais e registrais de imóveis;
- Estudo de ocupação das instalações (1.º andar – ala poente);
- Levantamento de dados e estudo de organização da Direcção-Geral, da envolvente e de melhores práticas na área de Gestão Documental (contactos com o Instituto Nacional de Administração e Organismos da Administração Pública), tendo em vista a preparação dos projectos de Gestão Documental para 2008.

Avaliações Técnicas de Imóveis

A actividade desenvolvida centrou-se sobretudo em alcançar o objectivo estratégico da Operação de Alienação de Imóveis de 2007 e na implementação do novo regime de gestão do património imobiliário público, corporizado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto.

- Realizadas 88 avaliações com meios próprios;
- Apreciação de 252 avaliações realizadas por avaliadores externos;
- Elaborados 81 pareceres técnicos diversos (inspecções, obras, etc.).

Cadastro e Inventário

- Acompanhamento das acções desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no âmbito do Recenseamento de Imóveis da Administração Pública (RIAP II), iniciando-se o tratamento, análise e compatibilização da informação constante do RIAP II com o SGI - Sistema de Gestão de Imóveis;

- Continuação da sanitização e reorganização dos processos administrativos de imóveis existentes em arquivo, com anulação de verbas (sempre que necessária), reclassificação e inventariação;
- Atribuição de classificação a nova documentação entrada na DGTF com abertura de processos de imóveis a tratar;
- Classificação de expediente entrado no serviço relativo a processos já existentes;
- Levantamento, identificação, e análise dos processos administrativos de imóveis, série 33-expropriações e parte da série 3-execuições fiscais, com a actualização da base do SGI - Sistema de Gestão de Imóveis;
- Envio para a Secretaria-Geral deste Ministério, ao abrigo de protocolo estabelecido, para digitalização e integração no arquivo central dos processos administrativos de imóveis, da série 39-Cartas de arrematação e da série 33-expropriações;
- Esclarecimento de dúvidas relativas à aplicação do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Gestão Urbanística

- Representação do Ministro de Estado e das Finanças nas comissões técnicas de acompanhamento dos planos de pormenor e de urbanização das zonas de intervenção legalmente definidas pelo Programa Polis, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 314/2000, de 2 de Dezembro;
- Participação na Comissão Mista de Coordenação do Plano Director Municipal de Portalegre.

Estas representações, para além das presenças nas reuniões das comissões técnicas e Mistas compreendem a análise, apreciação e elaboração de informações e pareceres sobre as propostas apresentadas tendo em vista a salvaguarda dos interesses patrimoniais do Estado.

Cooperação Externa e Grupos de Trabalho

- Representação do MFAP no Grupo encarregue da execução do Protocolo MFAP-Ministério da Justiça, sobre bens imóveis do Estado afectos ao Ministério da Justiça;
- Representação do MFAP no grupo de trabalho do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP (IGESPAR);
- Representação da DGTF no grupo de Trabalho-Estado para a elaboração do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE);
- Representação da DGTF na CNCAP – Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública;
- Elemento de contacto do MFAP no âmbito do Protocolo MFAP – Fundação Calouste Gulbenkian relativo à constituição de um Repositório Virtual da documentação do extinto Ministério do Ultramar;
- Representação da Direcção-Geral na missão de cooperação e assistência técnica na área das Finanças Públicas a Cabo Verde:

A Missão teve como objectivo a elaboração do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas¹⁸ (PICATFin), no período compreendido entre 2008-2011, abrangendo projectos relativos à área do Património do Estado, através de realização de acções de assistência técnica e de formação a realizar tanto em Lisboa como em Cabo Verde.

Arquivo Técnico de Imóveis

- Transferência do arquivo de imóveis (cerca de 150 000 processos administrativos de imóveis) da sede da ex-DGP, para as instalações da DGTF e armazém “B” do Carrascal;
- Reinstalação do arquivo nas actuais instalações, identificação, organização;
- Satisfação das solicitações diárias de requisição de processos em arquivo, num total de 28.720 processos.

2.5. Regularizações e Recuperações Financeiras

Acompanhamento de processos de liquidação e de entidades extintas

- Acompanhamento dos processos de liquidação de entidades do sector público administrativo e empresarial:
Acompanhados 30 processos, dos quais 2 respeitam a liquidações concluídas em 2007 : Polis Portalegre, S.A. e Diatrada, Lda.;
- Emissão de pareceres sobre os documentos de prestação de contas ou sobre outras questões suscitadas no âmbito dos processos de liquidação:
Emissão de uma centena de pareceres/informações (Destaca-se, neste âmbito, pela complexidade das situações envolvidas, o apoio prestado no quadro do processo de liquidação da GESTNAVE S.A.);
- Preparação de Assembleias Gerais de empresas em liquidação:
Elaboração de minutas despachos e/ou deliberações unânimes por escrito;
- Análise e instrução de processos de assunção de passivos e de outras responsabilidades de entidades em liquidação;
- Regularização de responsabilidades da ordem dos 58,78 M€ dos quais: 15,63 milhões € respeitam à assunção de passivos da Sociedade Casa da Música/Porto 2001, SA, e 43,15 M€ à assunção de responsabilidades da GESTNAVE, S.A. (Regularização suportada por recurso à emissão de dívida pública nos termos da Lei que aprovou o OE);
- Preparação e formalização de autos de entrega e recepção do património residual de empresas extintas:
Celebrados os autos de entrega e recepção do património residual da IPE – Saúde, SGPS, S.A. e da Empresa Pública do Jornal “O Século”, E.P;
- Acompanhamento dos processos pendentes transmitidos para a DGTF em resultado da extinção de entidades do sector público administrativo e empresarial:

¹⁸ Programa estabelecido entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa.

Elaboradas informações relacionadas com diversas situações pendentes de entidades extintas, das quais 5 respeitam a acções judiciais movidas contra as mesmas.

- Regularização de obrigações de entidades extintas cujo património foi transmitido para o Estado, total ou parcialmente, através da DGTF:

Analisados 35 processos envolvendo a regularização de responsabilidades no valor de 4,97 M€;

- Controlo dos saldos de liquidação de entidades extintas à ordem da DGTF:
Controladas 36 contas cujo saldo global em 31-12-2007 ascendia a 28 M€.

Regularização de situações do passado e de outras responsabilidades

- Regularização de responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da descolonização e de outras situações e programas do passado:

Analisados 13 processos e processamento de 144 pagamentos, envolvendo um encargo global de 416,4 M€ dos quais 393,3 M€ suportado por emissão de dívida pública nos termos da Lei que aprovou o OE e 23,1 M€ suportado por recurso a dotação inscrita no cap. 60;

- Análise e promoção do pagamento das indemnizações em substituição da entidade expropriante no âmbito dos processos judiciais de expropriações litigiosas e assegurar o direito de regresso do Estado:

Cumprimento de 49 notificações judiciais, envolvendo despesa orçamental na ordem dos 794,3 milhares €. A receita do Estado proveniente do exercício do direito de regresso ascendeu a 3,56 M€.

Recuperação de créditos

- Administração e acompanhamento dos acordos para regularização de dívidas:

Cobrada receita de 12,8 M€, envolvendo 41 processos (da receita verificada, 40% resultou do contrato de reescalonamento da dívida de Angola e 49% da regularização da dívida da SILOPOR);

- Apreciação da posição a assumir pela DGTF no quadro dos processos no âmbito do Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC) e do Código Insolvência e de Recuperação de Empresas (CIRE) e representação da Direcção-Geral em comissões de credores constituídas nesse âmbito:

Envolvimento em 14 processos, incluindo processos ao abrigo do Código do Processo Especial de Recuperação de Empresa e da Falência e participação em diversas comissões de credores;

- Promoção da implementação de medidas de redução de risco de crédito:

Requerida a constituição de hipotecas legais para garantia dos créditos do ex/FFH, cobrindo 23 processos e envolvendo uma despesa de € 2 798,09;

- Acompanhamento dos processos em cobrança coerciva, designadamente, através da colaboração com o Ministério Público na apreciação de incidentes processuais, da pesquisa e indicação de bens susceptíveis de penhora e da apreciação de oposições movidas em sede de processo de execução fiscal:

Expedição de aproximadamente 1300 ofícios e cobrança de receita de 2,8 M€, envolvendo despesa de 9 208 €;

- Análise e execução de diligências tendentes à regularização de créditos:
Instruídos 24 processos de cobrança coerciva:
 - Extintos 25 processos por anulação ou decisão judicial;
 - Apreciadas 18 declarações de prescrição e extinção de processos de execução fiscal;
- Identificação e reclamação junto do Instituto de Segurança Social de quantias pagas em excesso no âmbito dos contratos de aquisição de créditos à Segurança Social celebrados em 1995, envolvendo a devolução de 542 184€;
- Acompanhamento e controlo do mandato de gestão de créditos, atribuído ao INH/IHRU, à Caixa Geral de Depósitos (CGD) e ao IFADAP (Public Law 480):
Receita processada de 5,2 M€, envolvendo despesa de 105 542,10 € (98% da receita verificada refere-se aos créditos do extinto Fundo de Fomento de Habitação sob gestão da CGD e INH/IHRU).

2.6. Apoio e Coordenação

Emissão de pareceres/estudos jurídicos

- Estudar e acompanhar processos administrativos e contenciosos:
Foram elaborados 239 pareceres jurídicos;
- Instruir processos de natureza administrativa.
Foi assegurada a instrução dos processos de natureza administrativa da sua responsabilidade;
- Intervir na elaboração de projectos de diplomas legais:
Foi assegurado o apoio jurídico necessário em diversos projectos de diplomas remetidos para análise;
- Elaborar instrumentos jurídicos no âmbito da actuação da DGTF, designadamente despachos, deliberações unânimes por escrito, contratos e protocolos:
Elaboraram-se, por iniciativa própria ou a pedido dos Serviços, instrumentos jurídicos, tendo igualmente sido dado parecer sobre diversos instrumentos remetidos pelo Gabinete do SETF;
- Colaborar na elaboração do articulado da lei do OE e do decreto-lei de execução orçamental:
Preparação da proposta para o OE 2008 nas áreas de intervenção da DGTF;
- Concluiu-se com a adjudicação o concurso público para implementação do Sistema Débitos Directos do Tesouro, tendo a prestação do serviço sido adjudicada após a transferência de atribuições da tesouraria do Estado para o IGCP;
- Participação no grupo de trabalho composto por representantes da IGF/DGTF e Gabinete do SETF tendo em vista apresentação do projecto de diploma legal relativo às subvenções públicas;

- Participação no grupo de trabalho relativo à preparação do projecto de diploma legal que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a região autónoma da Madeira.

Coordenação interna das acções dos órgãos de controlo financeiro

- Participação na preparação da resposta aos órgãos de auditoria externa, em sede de contraditório:
Respondeu-se a todos os casos em que a DGTF foi notificada, ou em que foi suscitada a respectiva intervenção pelo Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças;
- Assegurar as relações institucionais com órgãos de auditoria – Tribunal de Contas e Inspecção-Geral de Finanças.

Coordenação no âmbito da cooperação com organismos homólogos de outros países

- Assegurou-se a representação no PICATFin estabelecido entre a República de Angola e a República Portuguesa - Projecto de Inventariação e Avaliação do Património do Estado anterior a 2004;
- Assegurou-se a representação no PICATFin estabelecido com as Repúblicas de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde.

2.7. Gestão de Recursos

Nesta área é de salientar o movimento de 43 611 documentos em suporte papel que correspondeu a 27 347 entradas de ofícios/documentos e 16 264 saídas de ofícios/documentos.

Expediente e Arquivo

- Tratamento Electrónico da correspondência:

No âmbito do Sistema de Gestão Electrónica de Documentos (WEBTRIX), foram incorporadas as tipologias de documentos relativos à gestão do património imobiliário público, cujas competências a DGTF passou a prosseguir, bem como a adaptação a novos processos;

- Gestão de Arquivos:

Na área do Arquivo para além das actividades decorrentes da organização e tratamento arquivístico de fundos documentais e de incorporação de documentação de entidades extintas, foi assegurada a organização, transferência da documentação da área da tesouraria que foi incorporada no IGCP, bem como a disponibilização de um espaço que permitiu acomodar as cerca de 150 000 pastas de arquivo relativas à função imobiliária, o que implicou uma reorganização dos espaços de arquivo, sintetizando o quadro que se segue a actividade prosseguida nesta área:

Fundos Documentais	Tipo de acção	Metros lineares	Resultados
EX-FFAPPAP/CEE	Organização, selecção, acomodação conservação e eliminação da documentação	250	Concluído
Ex-Direcção-Geral da Fazenda Pública		800	Tratado 50%
Ex-GAS		3 000	Concluído, incorporado no Arquivo Distrital de Setúbal
Ex-RNIP e Ex-Ultrena		2 500	Lançada a consulta
DGT-Tesouraria	Organização, transferência e acomodação	2 950	Concluído
Jornal "O Século"	Incorporação	15	Concluído
Ministério do Ultramar	Parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian. Contributo da DGTF para criar um repositório virtual da documentação existente nos vários serviços da AP	250	Concluído

Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais

- Recursos Humanos:
 - Foram assegurados os procedimentos inerentes à reestruturação da DGTF, evidenciando-se os seguintes:
 - i) Preparação de lista e de mapa comparativo de postos de trabalho.
 - ii) Integração de 70 funcionários da ex-DGP na DGTF.
 - iii) Transferência de 53 funcionários para o IGCP.
 - iv) Implementação da orgânica da DGTF.
 - v) Colocação no Sistema de Mobilidade Especial de 7 funcionários.
 - Nomeações em resultado de promoções: 18.
 - Garantidos os procedimentos inerentes à avaliação de desempenho de 2006, de 185 avaliados;
- Formação:
 - Foram realizadas 25 acções de formação, das quais 8 na vertente interna e 17 na externa, as quais abrangeram 177 participantes, sendo 151 na vertente interna e 26 na externa, o que representou um grau de oportunidade de 0,90/funcionário.
 - Foram ministradas 4 310 horas de formação, sendo 2 781,5 horas na vertente externa e 1 528,5 horas na vertente interna, com uma duração média por participante de 24,35/horas.
 - As acções de formação na vertente interna representaram 35,5% do volume de formação e na externa 64,5%.
 - Os custos com as acções de formação totalizaram € 5 932,37, sendo € 3 786,36 relativos a acções de formação internas e € 2 146,01, referentes a acções de formação externas, com um custo por efectivo de €30.
 - Dos 192 funcionários, 92,2% tiveram formação;

- Recursos Financeiros¹⁹:
 - Procedeu-se à integração dos saldos da ex-DGP e à transferência dos saldos para o IGCP nos seguintes termos:

Capítulo	Valores ex-DGP / DGTF
06	1 069 110 euros
60	739 962 euros

Capítulo	Valores DGTF / IGCP
06	524 181 euros
50	281 107 euros
60	3 248 891 euros

- A execução orçamental da despesa foi a seguinte:

Capítulo	Montantes
06	7 164 162 euros
50	270 136 euros
60	1 067 707 643 euros

- O montante de receitas administradas pela DGTF foi de 2 370,6 M€ contabilizado em receita geral e de 13,8 M€ contabilizando em receita própria.
 - Face à mudança de dirigente máximo verificaram-se gerências partidas que implicaram a elaboração de 2 contas de gerência;
- Recursos Patrimoniais:
 - No âmbito do apoio logístico decorrente da reestruturação da DGTF, procedeu-se à reorganização de espaços e transferência de serviços, tendo a DGTF em Julho e Agosto registado a presença física de cerca de 260 funcionários, dando origem a um esforço acrescido de racionalização de espaços.
 - Participação em 9 processos de aquisição em agregação com outros organismos do MFAP, designadamente para aquisição de material de escritório, consumíveis informáticos, o que envolveu 10 291,68 € e uma poupança de 2 277,01 €.
 - Gestão do parque automóvel afecto à DGTF num total de 13 viaturas, tendo sido incorporadas 7 viaturas afectas à ex-DGP;

Controlo da emissão e da circulação da moeda metálica

Considerando que a DSGFO veio a ser implementada apenas em 2008, coube à área de Gestão de Recursos assegurar a prossecução das atribuições da DGTF nesta matéria, tendo-se a este nível registado o pagamento de cerca de 12,6 M€ à Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) pela cunhagem de moeda corrente e de colecção, ao abrigo do Protocolo celebrado entre as partes (INCM e DGTF) em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 246/2007, de 26 de Junho.

¹⁹ A DGTF gere recursos financeiros relativos ao capítulo 06 (orçamento de funcionamento), capítulo 50 (PIDDAC) e capítulo 60 (despesas excepcionais).

Infocentro/Sistemas de Informação

- Aquisição e manutenção de equipamentos e respectivos suportes lógicos;
- Acompanhamento nas áreas da micro informática aos utilizadores;
- Implementação e lançamento do *site* das empresas do Estado no âmbito do *site* DGTF;
- Actualização permanente de outros conteúdos no *site* da DGTF;
- Integração dos sistemas centrais (hardware e sistemas de informação) e desktops da ex-DGP na DGTF;
- Aquisição de um sistema de gestão de helpdesk;
- Início das actividades do projecto SIRIEF - Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira em colaboração com a Parpública e a IGF;
- Implementação de um sistema anti-spam;
- Início do processo de reformulação de diversos sistemas estruturantes: Correio Electrónico, Áreas de Rede e Acesso à Internet;
- Apoio prestado aos utilizadores externos da aplicação Homebanking, isto é organismos do Estado, por via telefónica ou presencial em situações de troubleshooting e/ou de formação;
- Apoio à transferência para o IGCP dos sistemas de informação referentes à Tesouraria do Estado.

3. NOTA FINAL

O Relatório de Actividades, que agora se apresenta, pretende reflectir, de uma forma sumária, o esforço desenvolvido pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças ao longo do ano de 2007, com o objectivo de cumprir as metas inicialmente traçadas ou redefinidas em função das circunstâncias envolventes e em concreto verificadas.

Da responsabilidade da DGTF ou da sua participação activa, cabe ressaltar alguns resultados que, pela importância de que se revestem, devem ser evidenciados:

- No âmbito do SEE:
 - A disponibilização oportuna do Relatório do Sector Empresarial do Estado relativo à actividade de 2006;
 - A publicação do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, que veio alterar o regime jurídico do sector empresarial do Estado²⁰;
 - A publicação da RCM n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro²¹;
 - A publicação do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março;

²⁰ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro.

²¹ Publicada no DR 1.ª Série de 28 de Março.

- No âmbito da Gestão do património imobiliário do Estado:
 - A publicação do Decreto-Lei n.º 280/2007, que veio rever e compilar legislação com várias décadas, dispersa e desajustada;
 - No âmbito da política definida para a racionalização do património imobiliário, o objectivo fixado foi alcançado através da alienação de imóveis no montante global de cerca de 160 M€;
- Através do *Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento*, coube à DGTF assegurar a presidência do GT para a área dos Créditos à Exportação no âmbito da Presidência Portuguesa, cujo objectivo era criar condições para que a UE, através da Comissão, pudesse defender na OCDE as soluções que melhor servem os interesses dos Estados Membros em matéria de apoios oficiais à exportação no âmbito do “*Arrangement on Officially Supported Export Credits*”. Objectivo alcançado com sucesso;
- A elevada capacidade demonstrada por todos os intervenientes em assumir o processo de mudança resultante da fusão das duas entidades, e o sucesso que constituiu a complexa tarefa de integração da tesouraria central do Estado no IGCP que decorreu sem que se registasse qualquer perturbação nos serviços prestados;
- Por último, cumpre reconhecer que os resultados alcançados só foram possíveis com o apoio e a colaboração de diversas entidades, das quais é justo salientar:
 - O Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, pelo seu apoio, confiança e forma sempre atenta como acompanhou a gestão e o processo de mudança organizacional;
 - As entidades que interagem connosco na prossecução das suas atribuições, designadamente, pela compreensão manifestada durante o período excepcional de mudança organizacional;
 - Os funcionários, sem cujo empenhamento, competência e trabalho, não teria sido possível atingir os objectivos fixados.

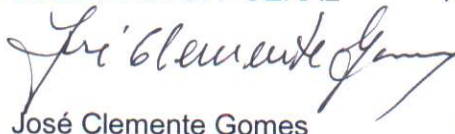
Para todos, os nossos agradecimentos e a certeza de que tudo faremos para continuar a merecer o seu apoio.

O DIRECTOR GERAL



Carlos Durães da Conceição

O SUBDIRECTOR- GERAL



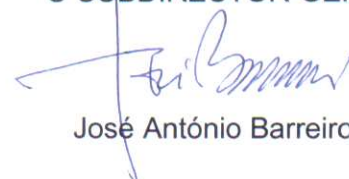
José Clemente Gomes

A SUBDIRECTORA-GERAL



Maria Isabel Ressurreição

O SUBDIRECTOR-GERAL



José António Barreiro